



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 29 de maio de 2019
(OR. en)

Dossiê interinstitucional:
2017/0143(COD)

9315/19
ADD 1

CODEC 1082
EF 195
ECOFIN 492
SURE 38
SOC 362
IA 152

NOTA PONTO "I/A"

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Projeto de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP) (primeira leitura) – Adoção do ato legislativo – Declarações

Declaração da República Checa

A República Checa compreende os objetivos da proposta de regulamento relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP), em especial o esforço para criar um mercado eficaz para os produtos do terceiro pilar nos Estados-Membros em que esses produtos não estão suficientemente desenvolvidos. No entanto, uma vez que a proposta se baseia no atual regulamento setorial da UE para as instituições financeiras, não permite a participação de sistemas nacionais do terceiro pilar não harmonizados. A este respeito, a República Checa considera importante salientar também o potencial impacto negativo do regulamento sobre os atuais regimes nacionais do terceiro pilar. Existe um risco potencial de que possa ser prejudicado o funcionamento dos atuais sistemas nacionais bem estabelecidos de produtos do terceiro pilar com cobertura elevada dos participantes e que os ativos já acumulados sejam transferidos sem efeitos razoáveis.

Declaração dos Países Baixos

Os Países Baixos observam que foram introduzidas algumas alterações importantes na proposta inicial da Comissão Europeia. Os Países Baixos observam que o acordo respeita a prerrogativa dos Estados-Membros em matéria de tributação e que são os próprios Estados-Membros a decidir se as suas instituições de realização de planos de pensões profissionais (IRPPP) estão autorizadas a prestar PEPP. No entanto, continuamos a considerar que este acordo contém demasiados atos delegados e confere demasiada autoridade à EIOPA e à Comissão. Por conseguinte, os Países Baixos votarão contra o regulamento PEPP no Coreper e no Conselho.
